



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM (PRA):

política educacional implementada nas escolas da rede pública
municipal de Dourados-MS

Flávia Paula Nogueira ARANDA (Semed/PMD)¹
Dielma de Sousa Borges CASSUCI (Semed/PMD)²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar o Programa de Recuperação do Aprendizado (PRA), como parte de uma política educacional implementada nas escolas da rede pública municipal de Dourados, Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, que contou com o seguinte *corpus documental*: o Projeto do Programa de Recuperação do Aprendizado (PRA). Considera-se que o PRA, como política educacional no município de Dourados-MS tem como objetivo recuperar déficits de aprendizagem dos estudantes na etapa dos anos iniciais do ensino fundamental, principalmente os déficits decorrente do período pandêmico, entre eles, na alfabetização e letramento, déficits esses, que interferem em todo o processo educacional e em todas as etapas, níveis e modalidades da educação.

Palavras-chave: política educacional; alfabetização; programa.

1 Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar estudo acerca da implementação do Programa de Recuperação do Aprendizado (PRA) e explicitar como o mesmo está organizado em uma das escolas da rede pública municipal de ensino de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul.

Para isso, o artigo está organizado em três partes: a introdução que apresenta uma breve contextualização do município de Dourados e da Rede Pública Municipal de Educação (Reme), bem como os conceitos acerca de políticas públicas, política educacional e programas. A segunda parte discorre sobre o Programa de Recuperação do Aprendizado (PRA) como uma política de governo em âmbito local, a organização do programa e suas características. Seguido da terceira parte do artigo, que trará as considerações finais.

¹ Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED)/ Prefeitura Municipal de Dourados (PMD) – E-mail: flaviaaranda@hotmail.com

² Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED)/ Prefeitura Municipal de Dourados (PMD) – E-mail: dielmacassuci@gmail.com



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Importante conceituar que programas são “atividades específicas nas quais as agências se envolvem durante a implementação de uma política pública”. Além disso, “um programa pode também ser visto separado de uma política. Ele pode ser definido como um meio específico adotado para colocar uma política em prática” (PALUMBO, 1998, p.37).

Como bem coloca Palumbo, um programa por si só não se configura como política, porém, os programas de governo, assim, como leis, decretos e regulamentos, são formulados para que uma determinada política se torne uma realidade vivenciada no cotidiano da vida social. Nesse sentido, defende-se que o PRA se constitui como parte de uma política educacional em âmbito local:

[...] com o intuito de conhecer e mostrar como são operadas as relações entre o Estado e a Sociedade na luta pelo reconhecimento da educação como direito, nos desafios da sua oferta e organização e nos conflitos decorrentes da busca por qualidade. (SOUZA, 2015, p. 86)

Com base no perfil educacional do município, a Secretaria Municipal de Educação de Dourados (Semed) busca desenvolver métodos e técnicas capazes de fazer da educação pública municipal “um processo atraente e acessível a todas as faixas da população, com um nível de ensino elevado e de qualidade” (DOURADOS, 2017).

A educação em Dourados é composta por três redes de ensino, sendo duas redes públicas (estadual e municipal) e a rede privada, as quais abrangem todas as etapas das da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), além de atenderem as modalidades de ensino. A tabela a seguir apresenta o quantitativo de instituições escolares.

Tabela 1 – Instituições escolares na Educação Básica (2020)

Rede de Ensino	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Creche	Pré-escola	Anos iniciais	Anos finais	
Municipal	39	77	44	24	-
Estadual	-	-	13	21	19
Privada	20	23	14	9	10
Total	82		102		29

Fonte: IBGE (2020).



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Essas instituições escolares atendem estudantes da zona rural e zona urbana, conforme dados apresentados na tabela 1, a rede privada atende todas as etapas da educação básica, enquanto que, na rede pública, a etapa educação infantil é de responsabilidade exclusiva da rede municipal e o ensino médio, da rede estadual de ensino. Já o atendimento ao ensino fundamental, é de responsabilidade de ambas, tanto municipal como estadual.

Frente a essa explanação, destaca-se que o Programa de Recuperação do Aprendizado (PRA), como política educacional está implementado nas escolas da rede pública municipal, portanto, as instituições escolares da rede estadual não são beneficiadas com o Programa de Recuperação do Aprendizado (PRA).

Até mesmo porque trata-se de um programa de alfabetização, destinado aos anos iniciais do ensino fundamental e as escolas da rede estadual de Dourados não atendem os anos iniciais (1º ao 5º ano), atendem somente os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º)³.

A recuperação de aprendizagens é o conjunto de estratégias que visam garantir as aprendizagens comprometidas por diversas razões tendo como foco a redução das desigualdades educacionais e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências adequadas a cada etapa. (DOURADOS, 2025, p. 4)

Cabe ressaltar que, embora o PRA corresponda a uma política educacional em âmbito municipal, o mesmo está em consonância com o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens⁴, uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo apoiar estados, municípios e o Distrito Federal na recomposição das aprendizagens dos estudantes da educação básica.

A política foi construída de forma colaborativa com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), buscando garantir que todos os estudantes tenham acesso a

³ A rede estadual de ensino de Dourados conta com apenas duas escolas que atendem anos iniciais (4º e 5º anos).

⁴ Para mais informações sobre acessar a plataforma: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens>



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

uma educação de qualidade, reduzindo desigualdades e fortalecendo a equidade no ensino (BRASIL, 2024).

Dourado (2007) assevera que algumas políticas, programas e ações têm se desencadeado nos âmbitos federal, estadual e municipal, a fim de contribuir para a ampliação das oportunidades educacionais na educação básica, tarefa constitucionalmente de competência direta dos estados, Distrito Federal e municípios.

Assim, o próximo item discorrerá sobre o PRA- Programa de Recuperação do Aprendizado, seu formato, estrutura e organização de uma das escolas da Rede Pública de Ensino do município de Dourados-MS.

O Programa de Recuperação do Aprendizado (PRA) em uma das escolas da rede pública municipal de Dourados-MS: limites e perspectivas

O Programa de Recuperação do Aprendizado (PRA), trata-se de uma política educacional implementada na rede pública municipal de Dourados, Mato Grosso do Sul, por meio da Resolução nº 75, de 20 de julho de 2021. O PRA tem como objetivo, garantir a recuperação das aprendizagens por meio de estratégias pedagógicas diferenciadas, atendendo alunos com baixo rendimento escolar e dificuldades em leitura e escrita. Além disso, promover o desenvolvimento de recursos teóricos e práticos que fortaleçam o processo de letramento e alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental (DOURADOS, 2025, p. 13).

O PRA iniciou-se no segundo semestre de 2021, após a retomada das aulas presenciais em decorrência do período da pandemia da Covid-19, que obrigou a paralisação das atividades educativas na modalidade presencial, como uma das ações de evitar a proliferação da doença por meio do contágio via contato social.

A interrupção das aulas durante o período pandêmico durou cerca de 18 meses, neste período as aulas da Reme ocorreram no formato remoto, por meio de interações via contato telefônico, as orientações eram disponibilizadas aos estudantes pelos professores e coordenadores por meio de chamadas de vídeo, mensagens de texto e áudio, envio e recebimento dos arquivos das atividades pelo *whatsapp* e também, disponibilizadas de forma impressa nas unidades escolares. As



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

atividades eram entregues aos estudantes pelos professores e coordenadores mediante uma escala, com horários pré-agendados, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's).

Esse distanciamento social entre escola e estudante causou defasagem na aprendizagem dos estudantes, principalmente no processo de alfabetização. Destaca-se que a alfabetização é considerada a fase de aquisição da leitura e da escrita, trata-se de um processo complexo de desenvolvimento dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. Portanto, o PRA "é uma ferramenta elaborada para auxiliar e apoiar os professores na intervenção da aprendizagem dos estudantes que não conseguem acompanhar o andamento da turma, na aquisição da alfabetização e do letramento" (DOURADOS, 2025, p. 5).

O PRA atende estudantes dos anos iniciais ensino fundamental que apresentam dificuldades na alfabetização, o atendimento é realizado no contraturno, tem como prioridade estudantes matriculados nos segundos e terceiros, podendo se estender, caso haja vagas, para estudantes dos quartos e quintos anos.

Público-alvo: Os alunos das séries iniciais da Educação Básica da rede municipal de ensino de Dourados, especialmente os do 2º e 3º anos, que apresentam dificuldades de aprendizagem e baixo desempenho em leitura e escrita, necessitam de atenção e acompanhamento pedagógico (DOURADOS, 2025, p. 11).

A seleção dos estudantes é de responsabilidade do professor ou professora regente⁵ da turma, que identifica, por meio da avaliação da aprendizagem do estudante, se o mesmo apresenta dificuldades de leitura e escrita. A partir desse levantamento, os nomes são passados para a coordenadora pedagógica, que fará o contato com os responsáveis, passará todas as informações do Programa e juntos estabelecem quais dias e horários o estudante poderá frequentar, desde que seja no contraturno, pois não é permitido que o estudante seja retirado da sala em no período em que estuda para participar do Programa.

⁵ Professor regente é a nomenclatura dada àquele professor ou professora que possui a carga horária maior dentro de sala de aula e que leciona o componente curricular de língua portuguesa.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Embora o PRA seja um programa que contempla todas as escolas da Reme, cada unidade escolar tem autonomia para organizar o atendimento da melhor forma, considerando sua estrutura física e mobiliária. Como sugestão, indica-se que seja atendido no mínimo 5 e no máximo 10 estudantes, em dias em horários alternados, por exemplo:

Primeira turma: terça e quinta-feira, das 7 horas às 9:30;
Segunda turma: terça e quinta-feira, das 9:40 às 11 horas e 15 minutos;
Terceira turma: quarta e sexta-feira, das 7 horas às 9:30;
Quarta turma: quarta e sexta-feira, das 9:40 às 11 horas e 15 minutos. (DOURADOS, 2025, p. 13)

Os professores e professoras que lecionam no PRA devem atender os seguintes requisitos:

- I- Interesse pelo trabalho de alfabetização e que utilize uma metodologia diferenciada do ensino regular tradicional;
- II- Tenha se destacado na área de alfabetização e conseguido, comprovadamente excelentes resultados junto aos seus alunos;
- III- Ter disponibilidade e compromisso no processo de Formação Continuada ministrada pela Secretaria Municipal de Educação-SEMED ou outras instituições;
- IV- Certificação de cursos na área de alfabetização ou Anos Iniciais, comprovando experiências na alfabetização;
- V- Formação na graduação, preferencialmente, em pedagogia. (DOURADOS, 2025, p. 12)

A seleção dos professores que lecionam no PRA é realizada de forma interna em cada unidade escolar. O Conselho Didático Pedagógico é responsável pela análise dos candidatos, que consiste em observar se o mesmo atende os requisitos mencionados. Outro fator importante está relacionado à metodologia que deve ser utilizada.

O professor alfabetizador deve adotar estratégias metodológicas diversificadas, capazes de atender às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos. Dessa forma, a organização das aulas deve promover a participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento. (DOURADOS, 2025, p. 17)

Realização:

Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

As metodologias devem ser ajustadas conforme o contexto de cada aluno, garantindo um ensino mais acessível e eficaz. Para isso, o professor, em parceria com a equipe pedagógica da escola, deve criar condições adequadas para a aplicação dessas estratégias, assegurando que os estudantes das aulas de recuperação tenham o suporte necessário para seu desenvolvimento.

As metodologias adotadas devem ser adaptadas à realidade dos estudantes, sendo essencial que o professor, em conjunto com a equipe pedagógica, crie condições adequadas para o desenvolvimento das atividades. As aulas devem ser planejadas de forma lúdica, mas com intencionalidade pedagógica clara, estimulando a participação ativa e desafiando os alunos ao longo do percurso de recomposição da aprendizagem. O professor mediador será responsável por orientar as atividades e garantir a efetividade do ensino. (DOURADOS, 2025, p. 18)

Além disso, a metodologia deve contar com atividades diferenciadas da sala de aula regular, a orientação é para o uso de jogos pedagógicos, atividades lúdicas e materiais concretos como letras móveis, por exemplo. Estas atividades "são essenciais para a formação da identidade, da inteligência e da personalidade da criança, além de constituírem as bases para a aquisição da escrita como instrumento cultural complexo" (MELLO, 2009, p.24).

Portanto, é de suma importância que o professor ou professora do PRA atue de forma individual com cada estudante, realizando periodicamente avaliação diagnóstica, que irá subsidiar na intervenção necessária à recomposição da aprendizagem.

Essas constatações contribuem para a compreensão de que a democratização do ensino não se dá somente pela garantia do acesso, requerendo sua oferta com qualidade social, para otimizar a permanência dos estudantes e, desse modo, contribuir para a melhoria dos processos formativos e a participação cidadã. (DOURADO, 2007, p. 940)

Assim, é possível enfatizar que a recomposição de aprendizagens pode ser considerada um dos caminhos para a democratização do ensino, afinal, quando o estudante tem acesso e domínio sobre determinados conteúdos, é possível avançar



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

para conteúdos mais complexos, despertando-os para um nível de consciência mais reflexiva e crítica.

Considerações Finais

O Programa de Recuperação do Aprendizado (PRA) está atrelado a política educacional do município de Dourados-MS, que tem por objetivo recuperar dificuldades de aprendizagens dos estudantes, com vistas a garantir a equidade e contribuir para a melhoria dos índices de aprendizagem.

Para isso, o projeto do programa orienta que a metodologia utilizada no PRA deve ser diferenciada da sala de aula regular, com o uso de jogos pedagógicos, materiais concretos e uso da tecnologia, no entanto, não há recursos específicos para aquisição de materiais pedagógicos. Há uma parceria com outros programas, como Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e em âmbito regional o Programa MS Alfabetiza, o qual o município fez a adesão e que possui investimento próprio para aquisição de livros didáticos para leitura, esses materiais também são utilizados no PRA.

Além disso, outro investimento necessário seria uma gratificação para os professores e professoras que lecionam no PRA, gratificação essa recebida pelos professores que atuam nos primeiros e segundos anos do ensino fundamental na rede pública de ensino, direito contemplado no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR). Tal gratificação corresponde ao percentual de 10% (dez por cento), em cima do salário base e deveria ser também direcionada aos professores e professoras do PRA, afinal, os mesmos também são responsáveis pela alfabetização dos estudantes, inclusive, há exigências como relatório individual dos estudantes, planejamento individual, avaliação do processo de desenvolvimento, etc.

O programa ainda está em fase precoce, não há ainda, dados que explicitam os avanços, os desafios e as possibilidades do programa.

Observa-se a necessidade de a mantenedora coletar dados e disseminar as informações, de modo a explicitar tanto quantitativa, quanto qualitativamente como o programa está contribuindo para a melhoria da qualidade social da educação pública douradense.

Realização:



Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Embora este estudo não evidencie a amplitude do programa, pois relata a implementação em apenas uma das escolas da Reme, acredita-se que a disseminação deste estudo em eventos científicos servirá de estímulo para futuras publicações, que contemplem outras realidades vivenciadas no âmbito da educação douradense.

Em suma, destaca-se a importância do programa e almeja-se que o programa tenha êxito e garanta de fato, uma educação de qualidade socialmente referenciada para todos e todas. Uma educação com qualidade social, comprometida com a formação e desenvolvimento integral do ser humano.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/recomposicao-aprendizagens>. Acesso em: 26 jun.2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Política e Gestão da Educação Básica: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007

Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 16 jun. 2025.

MELLO, Suely Amaral. O Processo de Aquisição da Escrita na Educação Infantil: contribuições de Vygotsky. In: **Linguagens infantis: outras formas de leitura**. Ana Lucia de Faria; Suely Amaral Mello (orgs.). Campinas, SP: autores associados, 2009.

PALUMBO, Dennis James. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: SOUZA, Eda C. B. Machado de (Org). **A avaliação e a formulação de políticas públicas em educação: leituras complementares**. Brasília: MEC/UnB, 1998.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A Política Educacional e seus objetos de estudo.

Relepe. v. 1, n. 1, 2016, p. 75-89. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10450/5906>. Acesso em: 15 jun. 2025